



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0520/15	DATA: 07/05/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 11h03min	TÉRMINO: 12h57min	PÁGINAS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GEOVAN BANTU - Representante do Fórum Nacional de Juventude Negra — FONAJUVE de Salvador, Bahia.
NEEMIAS MC - Rapper, produtor e ativista social do Distrito Federal.

SUMÁRIO

Debate sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.
Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vamos passar ao item da audiência. Antes, informo que foi indicado para fazer parte desta Comissão, com muita alegria — já estava participando de maneira militante —, o Deputado Damião Feliciano, do PDT da Paraíba. Muito obrigado pela presença e contribuição.

Comunico que foi criada uma comunidade virtual desta CPI no *site* e-Democracia: www.edemocracia.camara.leg.br. A partir de agora, os internautas poderão participar das audiências públicas, que serão interativas, e poderão contribuir com ideias no fórum de discussão. Nós vamos constituir alguns fóruns para debater o tema. Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação dos Requerimentos n^{os} 26 e 27, de 2015, da nossa nobre Deputada Benedita da Silva.

Informo que, durante a fala dos convidados, não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à Mesa o Sr. Geovan Bantu, representante do Fórum Nacional de Juventude Negra — FONAJUVE de Salvador, Bahia. (*Palmas.*) Convido para sentar-se à Mesa Neemias MC, *rapper*, produtor e ativista social do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Geovan Bantu, por 15 minutos.

O SR. GEOVAN BANTU - Bom dia a todas e todos, senhoras e senhores, Deputadas e Deputados. Quero saudar aqui o Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, e a Deputada Benedita da Silva. Em nome deles, eu saúdo todos os Parlamentares. Quero agradecer o convite para este espaço.

Esta CPI é um espaço de muita importância para o movimento social brasileiro, sobretudo para o movimento negro, e para a população negra em geral. Nós, enquanto representantes deste movimento, temos bastante confiança mesmo no trabalho desta CPI e acreditamos tanto no compromisso desses Parlamentares que estão aqui à frente desta CPI como no empenho desta Casa para, de fato,



apresentar um relatório satisfatório, que possa identificar e propor medidas que possam acabar com a violência e o extermínio da juventude negra.

Eu não poderia deixar de dizer que, durante o tempo em que a gente está aqui, o tempo que durar esta audiência pública, infelizmente, haverá um dado de pelo menos seis jovens negros assassinados no Brasil. Então, é disso que a gente está falando. Durante esta audiência, infelizmente, mais seis jovens negros serão assassinados ou estão sendo assassinados no País.

Além de falar dos dados, eu acredito que este espaço tem sido um espaço democrático. Já recebeu diversos especialistas, representantes dos movimentos sociais, acadêmicos. E a própria CPI tem se debruçado sobre os dados. Eu não vou aqui me ater aos dados estatísticos, porque a gente já sabe de todos os dados. Então, a minha fala é mais no sentido de contribuir enquanto representante do movimento negro, enquanto representante do movimento de juventude negra. E quero dizer que este que vos fala aqui está dentro do perfil que nós aqui no Brasil instituímos como o perfil do suspeito padrão.

No Brasil, infelizmente, nós temos instituído o suspeito padrão, que é o jovem negro, morador de comunidades e bairros periféricos, na faixa etária de 15 a 29 anos, que compõe os dados estatísticos das maiores vítimas da violência no País.

Então, nós precisamos, de fato, debater essa questão, porque é dessa forma que o Estado brasileiro — através das suas corporações, através das corporações policiais —, o sistema de justiça e o sistema de segurança veem. O que tem em comum entre os casos na Bahia, na Paraíba, em Pernambuco, aqui em Brasília, no Pará é justamente a imagem que a sociedade brasileira e as instituições brasileiras, sobretudo as polícias, têm da juventude negra como suspeito padrão. Logo, como nos veem como suspeito padrão, nos consideram inimigos do Estado. O que fazer com os inimigos do Estado? Tentar eliminá-los da sociedade. Isso certamente está dentro de um processo que é muito mais amplo, instituído na nossa sociedade, que é o processo do racismo institucional.

Nós não podemos, em momento algum, deixar de dizer que nós não abrimos mão de considerar que essa questão da violência, do homicídio contra a população negra, do extermínio da juventude negra está diretamente ligada ao racismo que nós vivemos no País. É o racismo que estrutura as relações sócias. É o racismo que



estrutura as relações dentro do Legislativo, dentro do Judiciário, dentro do sistema de justiça, dentro do sistema penitenciário e, de fato, desumaniza a população negra. O que nós vivemos hoje no Brasil é uma verdadeira desumanização. Parece que nós ainda estamos num processo de identificar quem é humano e quem não é.

Ontem me perguntaram por que jovens negros morrem mais, o que eu acho sobre isso, o que justifica a morte de tantos jovens negros no Brasil — a cada dez jovens assassinados, sete são negros. É justamente porque nós vivemos esse imaginário coletivo, esse imaginário social de que essas vidas não têm valor. A vida do jovem negro no Brasil não tem valor nenhum. É por isso que a gente não vê comoção nacional.

Nós temos casos, no Brasil, de assassinatos de jovens brancos de classe média em que toda a sociedade brasileira se comove. A mídia nacional se volta para esses casos. O sistema de justiça se volta para resolver a problemática da morte dos jovens brancos. A gente não vê a mesma coisa quando isso acontece em relação aos jovens negros.

Eu queria citar aqui o caso, já passado, da boate Kiss, em Santa Maria, para ilustrar o que eu estou falando. A gente não está querendo dizer que as mortes de pessoas brancas não têm valor. Não é isso. E há uma má intenção, inclusive, de alguns setores, que tentam produzir uma ideia de que o movimento negro precisa promover o racismo ao contrário, de que a gente precisa parar de ter mortes de pessoas negras e passar a ter mortes de pessoas brancas. Não é isso.

O que eu estou querendo dizer é que, da mesma forma que aquelas duzentas e não sei quantas mortes de jovens brancos, de classe média, universitários, durante o acidente do incêndio na boate Kiss comoveram todo o País, por semana, a quantidade de jovens negros que morrem equivale a oito boates Kiss. E a gente não vê nenhuma comoção, a gente não vê visita presidencial. Não há nenhuma palavra e nenhum noticiário favorável, no sentido de tentar resolver esse problema, porque aí está a ideia de que essas mortes não têm valor, não comovem, não chocam.

É como se fosse normal o corpo de um jovem negro no chão. Da mesma forma que a gente acha natural um menino preto vender bala no sinal, a gente



naturaliza, acha que aquele menino faz parte da paisagem, faz parte daquele cenário. Da mesma forma, a gente não se comove com as mortes desses jovens.

Isso tem a ver diretamente com a questão do racismo institucional no qual a gente vive. É isso que o movimento negro vem denunciando sistematicamente há muito tempo. A morte do jovem negro, a morte da população negra não é nenhuma novidade. A gente vem falando disso há muito tempo. Desde a instituição oficial dos movimentos, das organizações, a gente tem dito que nós estamos morrendo. E a causa dessas mortes é o racismo.

Essas mortes têm a ver com todo um processo, não somente com as mortes físicas. É claro que isso é o que mais preocupa, porque a gente está falando de números diários, de mortes diárias. Porém, a gente precisa entender o processo com muito mais complexidade, entender que a gente está falando de mortes sistemáticas. O Brasil assassina os seus jovens negros na saúde, na educação, no sistema de justiça, na negação de direitos. É na negação de direitos que a gente também está morrendo. Na semana passada, em decorrência das fortes chuvas, houve 15 mortes em Salvador por conta de deslizamentos em áreas eminentemente negras nas periferias da capital. E todas as pessoas que morreram são negras. São territórios ocupados majoritariamente por pessoas negras.

Então, é disso que a gente está falando, não é somente do extermínio físico. A gente está falando de uma morte sistêmica, desde a negação dos direitos básicos até a própria consumação do fato. E, na maioria das vezes, isso acontece com a legitimidade do próprio aparato de segurança pública do Estado. A gente não pode deixar de dizer aqui que esse aparato de segurança pública é responsável por grande parte dessas mortes.

A gente precisa, de fato, debater o sistema de segurança pública no Brasil no sentido de ter coragem de enfrentar o debate sobre a desmilitarização da Polícia Militar. Nos nossos territórios pobres, nos nossos territórios negros, a gente não precisa de uma polícia que só serve para oprimir. A gente não precisa de uma polícia que só chega para causar dor. A gente não precisa de uma polícia que só chega para causar morte e dor diariamente aos nossos familiares. Então, falar da morte da juventude negra é falar dessas dores diárias, que a gente acompanha.



Nós militantes do movimento negro queremos falar também de outras coisas. Nós não queremos só falar das dores. Infelizmente, nós não temos tido tempo para nos preocupar com outras coisas. Enquanto a juventude branca de classe média está preocupada se vai passar as férias em Miami ou em Las Vegas, a gente está preocupado com a vida. Eu, inclusive, mesmo estando neste espaço tão importante, que é esta CPI, falando aqui para pessoas de alta importância, não estou isento dessa violência, porque estou dentro do perfil: tenho menos de 29 anos, sou negro, moro num bairro popular de Salvador, que é uma cidade extremamente violenta. O fato de eu estar aqui não me isenta de nenhum tipo de violência. Imaginem as outras juventudes que não têm a oportunidade de estar nesses espaços e debater esses temas.

Então, eu não estou falando aqui em meu nome. Eu estou falando em nome de uma juventude negra brasileira que tem tido os seus direitos negados por parte do Estado brasileiro e que tem morrido sistematicamente. Nós estamos falando de um país que tem a terceira população carcerária do mundo. E a gente tem visto, nesta Casa, o avanço de debates que a gente considera muito perigosos para as pautas que dizem respeito à população negra e à juventude negra, tal como a discussão da redução da maioridade penal.

A gente não pode deixar de registrar, neste momento, neste espaço, a nossa posição completamente contrária ao projeto que está tentando reduzir a maioridade penal, porque a gente acredita que a gente não precisa de cadeia. A juventude negra não precisa de cadeia. A gente precisa de políticas públicas. Esta Casa precisa pensar formas de garantir direitos para a juventude negra e para a população negra. A gente não precisa encarcerar, cada vez mais cedo, os nossos jovens, achando que essa é a resposta para o problema da segurança pública no Brasil, porque não é.

A gente precisa, no Brasil, de uma reformulação do sistema de justiça, do sistema penitenciário, do sistema de segurança pública. A gente precisa, de fato, ter coragem de enfrentar o racismo, não só reconhecê-lo na dialética. É importante que se reconheça que nós somos um país racista, mas também é importante que as instituições, os Poderes, de fato, façam o enfrentamento desse racismo.



Nós temos que pensar, não só reconhecer o racismo e achar que esse é um problema somente dos negros. Como diz a socióloga Vilma Reis, na Bahia, o racismo não é um problema nosso. Nós negros não temos problema com o racismo. Quem tem problema com o racismo é o racista. Então, a gente precisa, de fato, atacar quem é racista e não achar que é um problema nosso. *“Ah, o problema do racismo é um problema de vocês negros.”* Não é. Nós vivemos num país extremamente racista. Se a gente não reconhecer que o racismo é que estrutura essas mortes e, de fato, não propuser medidas que possam fazer o enfrentamento desse racismo, a gente não vai conseguir atacar o problema do genocídio da população negra no Brasil.

Então, nós vivemos num país onde a prerrogativa do suspeito padrão tem predominado, Deputada Benedita da Silva. É isso, nós dizemos qual é o suspeito padrão. E essa mídia extremamente sensacionalista, que nega, viola os direitos humanos, reforça isso, porque a imagem do jovem negro no Brasil só é apresentada de... Parece que nós só estamos envolvidos nos processos de criminalidade, de banalização. Essa é a imagem do jovem negro no Brasil. Enquanto tentam passar a imagem de uma outra juventude nesses programas de final de tarde, em que, certamente, nem eu nem Neemias estamos representados... É inadmissível que nós aceitemos que essa mídia tente passar somente essa diferença, que existe uma juventude branca privilegiada e que nós juventude negra só estamos envolvidos com o tráfico, com drogas.

Eu sou um jovem negro, estudo, trabalho. Não estou querendo personificar, mas existe uma juventude negra que produz, uma juventude negra que está preocupada com o seu futuro. E infelizmente, a nossa mídia só tenta passar o contrário: que nós somos o problema da violência, que nós somos o problema da criminalidade, portanto é preciso atacar a juventude negra para resolver o problema da criminalidade no Brasil. E isso não é verdade. A gente está cansado de saber os dados. Há dados alarmantes que dizem que sete de cada dez jovens assassinados no Brasil são negros e que a cada 2 horas um jovem negro é assassinado no Brasil.

Eu queria dizer, por fim, que nós precisamos debater, a partir desta CPI, quais são os dados. A gente precisa inverter a lógica e não somente debater os dados, porque a gente já sabe os dados. O mapa da violência nos apresenta, com muita



precisão, os dados, que se alteram, porque existem também dados subnotificados, dos quais a gente nem tem conhecimento. Mas o mapa da violência, o sistema de saúde, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública nos apresentam os dados.

Eu queria dizer que nós, infelizmente, estamos nos piores dados nas estatísticas. Mas a gente precisa, no processo desta CPI, debruçar-se sobre quais são os dados do investimento que nós precisamos fazer, que o Estado brasileiro precisa fazer para garantir a vida da juventude negra, a vida da população negra.

Esta Casa, esta CPI precisa apresentar um relatório, precisa ter coragem de apresentar um relatório que apresente, de fato, propostas que digam o que precisa ser feito para a gente garantir a vida da juventude negra no Brasil.

E, por fim, a gente não pode permitir que o Estado brasileiro institucionalize a pena de morte. A gente não pode permitir, porque nós não temos a pena de morte no País, e a gente não pode se conformar e naturalizar com a morte da juventude negra.

Então, é preciso entender que a morte da juventude negra não é um problema somente da população negra, é um problema da sociedade como um todo. Então, cada jovem negro que morre, que tomba neste País é responsabilidade do Estado brasileiro, e o Estado brasileiro precisa dar conta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Geovan Bantu, pela bela contribuição.

Quero passar a palavra ao Neemias MC também por 15 minutos.

O SR. NEEMIAS MC - Saudações a todas e a todos, o máximo respeito. Agradeço à Deputada Benedita pelo convite, à Cléo. É uma satisfação estar aqui debatendo esse assunto tão importante para a nossa juventude.

Abandonado com 14 meses de idade na rodoviária de Brasília por minha mãe biológica, fiquei vários anos morando na rua, pedindo esmola, apanhando da Polícia na rodoviária, quase fui abusado sexualmente diversas vezes e, uma das vezes, foi por um policial. Fui morar em abrigos que eram mantidos pelo Governo, mas que não tinham estrutura para eu estudar, para a gente estudar, para a gente ter uma alimentação saudável, para a gente ter uma roupa adequada e, nessas idas e



vindas, a gente começou a cometer pequenos furtos, pulava a cerca do abrigo e cometia pequenos furtos para ter o que comer, para ter o que vestir.

Então, você vê um abrigo que era para ser amparado pelo Governo, o antigo CRT, mas ele não era amparado, não tinha uma estrutura para lidar com jovens e adolescentes em situação de rua, em situações de extrema pobreza, como a gente estava.

Então, a gente cometia pequenos furtos. Morei na rua durante anos, por 4 anos consecutivos, e, nessas idas e vindas, passei muita necessidade, muita fome, até o momento em que eu comecei a cometer pequenos furtos, pequenos delitos. Uma das vezes, eu fui preso por roubar um pacote de pão na padaria. Entrei na padaria, peguei um pacote de pão e fui preso, apanhei muito por isso e fui parar no antigo CAJE, totalmente desestruturado.

Então, a gente vê uma omissão do Estado perante um abrigo que era para nos amparar. A gente vê famílias desestruturadas — eu fui abandonado. Não era uma família estruturada, era uma família desestruturada.

Então, quando a gente for falar de extermínio de jovens negros, a gente tem que começar pela raiz, pelo sistema: quais são as causas? É o Governo, é a família desestruturada, que não tem amparo do Governo? Para o menor entrar no mundo do crime, ele entrou no mundo do crime porque o ECA lá no primeiro parágrafo não foi cumprido, não foi aceito, não foi definido; não foram garantidos os direitos dele, o direito à educação, o direito ao lazer, o direito à segurança, até o momento de ele chegar à parte do delito.

Então, quando a gente for falar de extermínio da juventude, acredito que a gente tem que ir pela raiz, a gente tem que ir aonde está sendo a principal causa dessas consequências, desse extermínio, porque, quando a gente fala de extermínio da juventude, complementando o que o irmão falou, a gente já fala quando o menor já está ali morto no chão, quando o menor já está ensanguentado, já está morto pela mão da polícia, mas a gente não fala as causas anteriores. Por que a família é desestruturada? O Governo não dá assistência para essa mãe, para ela ter uma creche para o filho dela enquanto ela trabalha. O Governo não dá uma educação de qualidade para a juventude.



Então, quando a gente for falar, o Governo tira, desestrutura uma família através do alcoolismo, através das drogas mais pesadas. Não é a nossa juventude, não é a periferia que traz a droga para a periferia; não é a juventude; a periferia não tem condições financeiras para trazer a droga para cá. Quem é que traz a droga para cá? Se a arma é de uso exclusivo da polícia, o que ela está fazendo na periferia? Como ela chegou lá? Então, essas são questões que a gente tem que debater.

Quem é que está exterminando o nosso povo? Quem é que está matando o nosso povo? É uma mídia sensacionalista? É um programa como o do Fred Linhares, que a todo momento fala que o nosso povo, que o nosso povo preto, pobre, jovem e adolescente é a principal causa da violência, que o nosso jovem preto, pobre é o suspeito? É um comandante da polícia que cria e divulga cartilha do suspeito, que fala que o menor que está com touca é suspeito de algo ilícito; se ele está usando boné, ele é suspeito, ele vai cometer um crime; vai chegar mais à frente e vai cometer um crime porque ele está de boné, porque ele está com uma camisa de um time, porque ele está de chinelos? É essa a mídia sensacionalista que a gente quer? São programas como o do Datena, que a todo momento fala, ridiculariza o nosso povo, fala que o nosso povo é a principal causa da violência, mas não fala das questões absurdas sofridas por essa juventude? Não fala que a juventude a todo momento está sendo exterminada pela polícia.

A polícia chega à favela e o lema dela é entrar na favela e deixar corpos no chão. É só você ouvir o hino dela, o hino dela já fala isso, o hino de guerra dela já fala: *“Nosso lema é entrar na favela e deixar corpos no chão”*. Ela não entra na favela para pacificar o morro, ela entra para deixar corpos no chão.

Então a gente tem uma polícia despreparada, como se diz muito, mas é uma das falas em que eu menos acredito. Eu não acredito que a polícia seja despreparada, eu acredito que ela seja muito preparada para exterminar o nosso povo, entenderam? Então, quando a gente fala de extermínio, vamos às causas, vamos ver a polícia que está matando o nosso povo! Se eu for... Eu tenho 15 minutos aqui para falar. Se eu for falar das chacinas em que a polícia matou nosso povo, a gente vai até o dia que der.



Então, se a gente for pautar a chacina, quem é que está matando o nosso povo? Quem é? Vocês sabem quem é que está matando o nosso povo, porque a gente chega a um local desse e parece que ninguém sabe quem é que está matando o nosso povo. Parece que a gente está... A gente fica falando só. Já estive aqui várias vezes, já estive aqui outras vezes, e a gente só fica falando da consequência. A gente não fala da raiz, a gente não fala. E a gente sabe, eu sei que vocês sabem quem é que mata o nosso povo. Quantos Conte Lopes a gente tem na periferia matando o nosso povo? Essa é a questão. Família desestruturada.

A gente tem no Porto Rico uma cidade de... uma favela de Santa Maria com mais de 200 famílias em condições desumanas, famílias na beira do esgoto, famílias nos barracos de madeira com crianças, jovens, adolescentes. E são todos negros, pobres, em situações de risco, que não era para estarem lá. Mas ninguém olha para eles, ninguém procura saber como eles estão, ninguém procura fazer um amparo, e o Governo tem condições.

Quando tiver força política... Porque dinheiro tem, mas, quando tiver força política, a gente não vai estar aqui debatendo extermínio da juventude negra, não. A gente vai estar debatendo como a gente vai dar mais educação para o nosso jovem, e, quando a gente fala de educação, não é só se remeter à escola, não. Educação é cultura, é lazer, é teatro para a nossa comunidade. Então vamos pela raiz.

A gente tem um currículo escolar precário; quando a gente chega às escolas, eu estou no Centro de Escola 308, em Santa Maria, dando oficina de *rap*, música, usando o *rap* nacional como meio de transformação para falar para os jovens negros da periferia não entrarem no mundo do crime, para falar para os jovens negros da periferia terem mais consciência política. E eu estou lá para a gente debater, para a gente fazer, para a gente aplicar a Lei nº 10.639, que até hoje não é aplicada, até hoje. É uma lei, e ela não é aplicada nas escolas. E a gente está aplicando essa lei lá, na Escola 308, em Santa Maria.

Então, quando a gente chega lá, eu pergunto para uma sala: quem aqui é negro? E, quando mais da metade é negro, mas não levanta a mão, a gente tem uma quebra de identidade. A gente tem jovens que não se reconhecem como negros e como negras, porque na televisão, toda hora, só passa gente branca, não passa o nosso povo, não passa atriz negra, não passa modelo negra.



Então, a gente tem uma quebra de identidade no currículo escolar. Quando a gente estuda na escola lá, no currículo escolar, História, a gente só ouve falar em Roma, a gente só ouve falar em Europa. A gente não fala sobre a nossa África, a gente não fala sobre o Brasil. E, quando a gente fala do Brasil, é só do período da escravidão; e colocam o nosso povo como omissos, como povo que não se rebelou contra a escravidão. A gente não fala sobre Zumbi dos Palmares, a gente não fala sobre Dandara, sobre Nelson Mandela. A gente não fala sobre o nosso povo negro. Então, a gente tem uma quebra de identidade cultural dentro das escolas, nas quais os jovens não se reconhecem como negros e como negras.

Quando eu cheguei na escola lá, nos primeiros dias de aula eu fiz essa pergunta. Mais da metade de jovens, de adolescentes ali era negra e não levantou a mão. Depois de um mês de trabalho, eu perguntei novamente quem ali era negro. Todos que eram negros levantaram a mão, porque eles se reconheceram, a partir do momento em que eu coloquei uma foto de Zumbi dos Palmares, a partir do momento em que eu coloquei uma foto de Nelson Mandela e contei um pouco da sua história para eles. Eu apliquei a Lei nº 10.639/03. Então, que a Comissão pautasse essa lei também, para que essa lei seja aplicada. Que a Lei nº 10.639/03 seja aplicada nas escolas, para que os nossos jovens criem a identidade própria deles.

Então, há uma quebra de identidade, uma baixa autoestima na nossa periferia.

A gente está aqui para falar sobre o extermínio da juventude negra, e mais à frente a gente vai falar sobre a redução da maioria penal. A gente não vai debater como é que a gente vai injetar cultura na comunidade; a gente não vai debater como a gente vai lá ao Pedregal, na cidade do Entorno que é esquecida pelo DF, esquecida pelo Goiás, para a gente debater como é que a gente vai injetar cultura naquela comunidade. Mas a gente vai debater a redução da maioria penal, que é mais uma forma de exterminar o nosso povo, que é mais um projeto para que os jovens e adolescentes sejam jogados na vala, sejam jogados nos presídios.

Ontem, eu estava no centro de internação de menores infratores, em Santa Maria, e foi emocionante ver mães jovens, adolescentes que cometeram pequenos delitos que ali estavam cantando *rap*. Faziam oficina de música e fizeram *rap* se expressando e expressando para as suas mães. E ali teve uma grande emoção de



mães, jovens e educadores e de minha parte, porque a gente vê que são jovens que só precisam de oportunidade. Eu só precisei de uma oportunidade. A partir do momento em que eu conheci a música, que eu conheci o *rap* nacional e o *rap* falou para mim que eu poderia ser alguém e que eu era alguém, a minha autoestima foi para cima. E pude perceber que eu poderia ser alguém.

Então, eu era invisível perante a sociedade. Eu já comi pastel na Rodoviária, pastel do lixo, que caiu no chão. Uma pessoa passou e pisou, mas eu estava há três dias com fome e comi aquele pastel. Eu era invisível perante a sociedade; ninguém olhava para mim, ninguém dava nada para mim.

Assistentes sociais falavam que eu não ia ser nada, e hoje eu estou aqui, ó, na Mesa, hoje estou aqui dentro do Senado. Por quê? Porque o *rap* falou que eu poderia ser alguém. A cultura falou para mim que eu poderia ser alguém. E ela me deu oportunidade. E é disso que os nossos jovens precisam. Os nossos jovens não precisam de mais um método para serem exterminados, como a redução da maioria penal.

A periferia sabe quem é que está matando o nosso povo, e vocês também sabem. A gente sabe que é a polícia que está matando o nosso povo, a gente sabe que é a falta de currículo escolar que está matando o nosso povo, a gente sabe que são os Fred Linhares e os Datena da vida que estão matando o nosso povo. E a gente precisa combater isso. A gente precisa ir pela raiz. Então, para a gente debater isso aqui, se a gente falar que a polícia é desestruturada, eu acredito que a gente está mentindo. A polícia não é desestruturada. A polícia é muito estruturada para matar o nosso povo. Então, vamos combater isso. Vamos combater os capitães de mato. Vamos combater um general, um deputado, um comandante de polícia que cria cartilha de um suspeito para falar que o nosso povo é que está matando. É ao contrário: o nosso povo é que está morrendo.

Então, essas são as minhas considerações finais. Tem todo um projeto para exterminar o nosso povo, para falar que o nosso povo não tem chance de viver, para falar que o nosso povo não vai ser ninguém. Mas eu sou a prova viva de que o nosso povo, de que a nossa periferia só precisa de oportunidades para ser alguém. Os nossos jovens querem cultura, querem lazer, querem esporte. Então, vamos pensar nisso.



São minhas considerações finais. Muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Neemias MC, pela contribuição.

Quero passar a palavra para a Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

Então, vou passar a palavra para o segundo orador, o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores expositores, a gente ouviu esses depoimentos e vê que essas coisas são complexas para que a gente possa naturalmente resolver.

Eu, como Deputado, fico aqui às vezes me questionando como negro: como é que a gente vai ter que resolver esse problema, um clamor tão grande da sociedade brasileira? Um grupo não quer enxergar, e outro grupo que está dentro não tem força, não tem mecanismo de reação para que possa sair desse imbróglio em que está inserido. Naturalmente, a gente sabe que a raiz do problema está nos bolsões de miséria. O negro, que 100 anos atrás saiu da senzala, foi naturalmente para a favela. E há naturalmente um processo de omissão do ponto de vista do Governo para que a gente possa poder dar saída a esse problema.

As pessoas negras, quando chegam a determinadas posições sociais, parece que ficam um pouco intimidadas a reagir em relação ao processo. A gente vê. Eu não tenho conhecimento de onde o Pelé, o maior jogador de todos os tempos, se demonstrou negro com uma posição que pudesse dar à negritude aquela posição em relação à posição que ele ocupava do ponto de vista mundial.

Vejam o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que teve a essência de chegar ao poder da maior potência do mundo, e a gente não vê... Com o que está acontecendo nos Estados Unidos com relação a crimes raciais de abate em relação às pessoas negras, de vez em quando tem um depoimento do próprio Presidente: *"Houve um excesso da polícia"*. Mas ele não se autodetermina para ser negro. Então, essas são coisas, do ponto de vista cultural, sobre as quais naturalmente nós vamos fazer um debate um pouco mais aprofundado.

Em relação ao Brasil, nós precisamos fazer políticas públicas sociais que saiam lá de dentro desses bolsões. Eu tive a minha oportunidade e gostaria que todas as pessoas tivessem a oportunidade que eu tive de terminar o meu curso de



Medicina, para poder vencer na sociedade, para vencer as barreiras chamadas econômicas no país capitalista em que nós vivemos, para que ele possa sair exatamente em relação à colocação da juventude.

Sobre esse suspeito que nós vimos aqui, como o Geovan Bantu acabou de colocar... A gente sabe, naturalmente, e eu comecei a ver em relação à questão da polícia. A gente nota, naturalmente, que se coloca muito a culpa na polícia. Eu tive a oportunidade de ir ao Rio de Janeiro para debater, em Comissão Externa, a questão do negro lá no Rio. E, quando eu cheguei lá, levado pela Deputada Benedita da Silva, *expert* no assunto, experiente, madura e, naturalmente, a nossa timoneira, e ela, com a sua respeitabilidade... Nós estivemos lá na Secretaria, com o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Sr. José Beltrame, sempre muito educado, inteligentíssimo, que mostrou que a polícia também é constituída por negros, por muitos negros, tanto no Rio como em Salvador, como em outros lugares. Faltava uma cultura para que a gente possa... Naturalmente, naquele instante, ele se comprometeu a que se pudesse inclusive fazer uma divulgação em relação à própria polícia, para que se pudesse naturalmente ter essa definição.

Para não me estender, Sr. Presidente, eu queria propor naturalmente que a gente pudesse também fazer uma diferença: até que ponto a própria polícia também tem a própria culpa e o que a gente, nós, negros, podemos fazer em relação à negritude. Que esta CPI, ao fim de seu tempo, possa colocar um relatório, porque, senão... Porque, senão... Que o Relator, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A Deputada Rosângela Gomes justificou a ausência hoje.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - ...possa produzir um relatório capaz de provocar esses pontos, realmente, para que o negro saia de dentro dessas favelas. Que se coloquem ações sociais capazes de reacender lá dentro a questão educacional, a questão do emprego, do empreendedorismo, da perspectiva de vida, perspectiva futura lá, diretamente, dentro desses bolsões, para que a gente possa naturalmente colocar essa irmandade que tanto se prega aqui, no Brasil... Inclusive, será um debate que vamos fazer durante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas eu quero deixar aqui essas perspectivas. Vocês foram muito felizes, o Geovan Bantu e também o Neemias, para que a gente possa saber que o buraco é



mais embaixo, para que a gente possa aprofundar o verdadeiro motivo dessa violência e que a gente possa contribuir com a sociedade brasileira principalmente aqui, na Câmara dos Deputados, que é o principal lugar onde se pode fazer alguma coisa pelo povo negro — exatamente aqui, a Câmara dos Deputados.

Por isso que eu queria parabenizar o depoimento de vocês, muito precisos. O Neemias foi muito corajoso também na explicitação dos seus motivos, e o que vocês colocaram aqui foi de uma profundidade e realidade muito grande. Nós temos que ter o compromisso, como Deputados, para que a gente possa ajudar — naturalmente, nós, como a comunidade negra. E que não sirva naturalmente para agora; sirva, sim, também para agora, mas que naturalmente tenhamos uma visão futurística de que, no futuro, possamos ter um presente muito melhor do que nós estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição, Deputado Damião Feliciano.

Passo a palavra para a autora do requerimento, Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, primeiro, eu gostaria de agradecer, pelo atendimento do convite, ao Bantu e ao Neemias.

Quero falar sobre a profundidade em que vocês colocaram uma situação que nós não desconhecemos, mas que esta CPI tem o papel de fazer ser conhecida essa situação nesta casa. O fato de nós conhecermos não significa que toda a Casa está comprometida com essa situação. Nós temos aqueles que conhecem essa situação, mas, todavia, esta Casa é política e aqui há o contraditório. Esta CPI tem um papel investigativo, mas ela não tem um papel, por exemplo, de, identificando algum autor de criminalidade, chegar lá e prendê-lo. É evidente que as estatísticas e os diagnósticos que são feitos vêm muito mais oriundos da sociedade civil, das instituições que estudam, fazem esse levantamento internacional e nacional, como vêm das instituições públicas. Nós trabalhamos com esses dados. Mas não são apenas os dados que vão nos levar a ter uma política mais contundente e eficaz, até porque nós sabemos que aprofundar essa questão, como coloca o Neemias, e irmos buscar na raiz... Estamos há séculos vendo uma situação em que a cultura que está introjetada — eu sempre repito isso — em nós é uma cultura de violência, a partir da



instrução e criação da polícia. Nós também tivemos um momento da nossa vida, principalmente o momento da escravidão, e não podemos perder o rumo da história.

O Neemias coloca que nós aprendemos muito mais a história da Europa do que a nossa referência, a nossa raiz, de onde viemos. É evidente que também o negro se revoltou. Nós temos registros dessas revoltas, que obrigaram a tomada de algumas medidas. E esse é um alvo de estudo que ainda a educação brasileira não alcançou, porque os nossos escritores ainda não tiveram nesse mercado um espaço, uma oportunidade para levar não apenas às crianças negras, mas levar às crianças — acredito — um aprendizado com o qual elas já pudessem conviver, para conhecer que este é um país que tem negros, que tem brancos, que tem indígenas; e que elas conhecessem também a sua própria história. Elas vão conhecer que nós tivemos uma violência maior, que é a escravidão, e que sacaram, sequestraram, violentaram a nossa referência maior. E essa escravidão nos fez violentos. Por isso, nós, quando tratamos desta questão — que é uma questão difícil de ser discutida porque reagimos de imediato quando ela é colocada —, e isso aqui foi colocado pelo Deputado... Nós fizemos uma série de questionamentos. E também houve uma oportunidade que tive, enquanto Governadora do Estado do Rio de Janeiro, de observar como nós temos negros nos serviços mais cruéis e violentos, inclusive dentro da polícia, para uma abordagem. Não é mesmo o branco policial que vai abordar com violência. Se houver um negro, é aquele negro que eles põem para abordar você, porque ele também tem em si esse perfil que você coloca. E ele expressa naquele momento que está falando com você. Nós, claro, que somos as vítimas, não fazemos essa leitura naquela hora, mas ele está também imbuído, sei lá! Ele está totalmente revestido dessa imagem, desse perfil de que ele tem que pegar a gente — e você está falando com alguém que é abordado, alguém que é parado, alguém que sabe muito bem o que é isso.

Então, é evidente que nós temos que entender... Não é entender; é estudar, nessa pesquisa, esse conteúdo que nós temos. E esta CPI tem nos dado uma oportunidade fantástica, extraordinária! Se todos pudessem acompanhar, assistir ao debate, e como nós temos audiências públicas... Porque a audiência dá uma oportunidade, quando é possível, dependendo do tempo, além dos Parlamentares,



além da fala dos expositores, de dar a alguma organização uma oportunidade. Isso depende da Mesa. Mas é bom ouvir, porque nós aprendemos.

Então, acompanhar esta CPI, nem que seja pela Internet, é muito bom porque isso poderá dar uma contribuição a esta Comissão, como também acompanhar as posições que aqui existem. E há a manifestação de representantes que nós não podemos desprezar porque eles foram eleitos pelo povo — e povo das nossas cidades, povo do nosso Estado — que está aqui representado. Eles têm uma visão também muito bem colocada pelo perfil traçado pelos dois.

Então, nós temos de dialogar com essas pessoas. E esta CPI tem que ter essa contribuição. É o que eu chamo de contraditório.

Portanto, eu quero lhes agradecer e lhes dizer que os dados estatísticos não são, todavia, suficientes para a gente trabalhar culturalmente o imaginário político desta Casa e tentar, mais uma vez, não só cumprir o nosso papel, mas cumprir o compromisso de fazer valer o Estatuto da Igualdade Racial, de fazer valer a transversalidade das políticas públicas. Como esta Casa tem outras iniciativas — como você falou — como a da questão da saúde, nós temos agora uma subcomissão para tratar da saúde da população negra nesta Casa. Nós vamos começar. A Ministra esteve aqui ontem na instalação da primeira reunião que tivemos. Foi importante. Os dados que ela repassou para a Comissão, e não só para a Subcomissão, foram muito importantes. Ali não só ela apresenta o fato de que é preciso dar uma atenção à saúde da população negra, mas se vislumbra ali, percebe-se ali a violência que é cometida a partir dessa necessidade da saúde da mulher. Eu gostaria inclusive que nós pudéssemos trazer para a CPI um relato feito pela Ministra de um atendimento a uma grávida que estava fazendo o pré-natal, de como ela foi acometida de uma violência. Isso é real. E é violência a uma mulher negra atendida no pré-natal. Todas as vezes em que ela era atendida pelo médico, ela sentia que ele a machucava. Então, num determinado dia ele a atendia, e ela, então, teve de esperar, porque ele a deixou e foi atender alguma pessoa. Ela, não curiosamente, deu uma olhada no seu prontuário e viu o que estava escrito lá: *“Lá vem essa negra fedida, essa negra assim, assado, não sei o quê”*. Imaginem que violência! Como ficou o seu psicológico? Antes, ela já estava sentindo essa coisa. E, depois que leu isso, que viu isso no seu prontuário...



Então, nós temos que fazer políticas transversais. Então, esta CPI também... Nós temos que trazer para ela esses relatos que a gente vê nas outras Comissões e que nós consideramos também como violência, violência também à nossa juventude negra, às mulheres negras, aos homens negros e a essa população que nós consideramos ser majoritária, e que, infelizmente, é minoritária nos atendimentos às suas necessidades, às demandas e às urgências que temos de políticas públicas.

Mas muito obrigada mesmo por ter atendido aqui ao nosso chamado, ao pedido da CPI. Mas eu aconselho mesmo a vocês, que são gestores de políticas, porque são aqueles que estão produzindo e reproduzindo práticas positivas, ações afirmativas, que estão dando o seu saber para as nossas comunidades e para os outros, como foi colocado: não é problema nosso; é um problema da nossa sociedade brasileira.

Eu gostaria muito que vocês pudessem acompanhar pela Internet esta CPI e dar sempre a contribuição que vocês acharem ser importante para a CPI.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os colegas Parlamentares, de uma forma destacada a Deputada Benedita da Silva, que é a autora do requerimento. Eu cheguei atrasado porque estava acompanhando outro trabalho relativo ao PL dos Vigilantes — e peço desculpas.

Tive oportunidade de ouvir Neemias — que, sem dúvida nenhuma, é de uma experiência de vida singular, Neemias, e, ao mesmo tempo, com um processo de superação. Infelizmente, a sociedade, por uma questão de preconceito e invisibilidade, não quer enxergar essa realidade que está atingindo o Brasil, que é a violência contra os jovens. Você consegue superar essa questão e passa a ser informador — isto é muito importante —, discutindo esse empoderamento, dialogando com sua linguagem que, muitas vezes, a gente não consegue atingir, até pela faixa etária, trabalhando justamente num segmento para promover a autoestima.



Então, parablenizo você, parablenizo o Geovan, a quem não tive oportunidade de ouvir.

Não serei repetitivo, Sr. Presidente, mas serei bem objetivo. Geralmente, tenho uma fala mais prolixa. Mas o que a gente está percebendo toda vez em que estivemos... Primeiro, pelo ritmo de trabalho que V.Exa. imprimiu, ouvindo estudiosos, a exemplo do Prof. Júlio Jacobo. Também do IPEA ouvimos pessoas que têm relação direta com essa realidade, vivenciaram-na, estão no mundo acadêmico, no mundo da ação concreta, da juventude e de outros segmentos. Enfim, isso é fundamental.

Fizemos uma visita *in loco*, no Rio de Janeiro, e mais visitas estão programadas para a Bahia e, depois, para o Estado de Alagoas, do qual faço parte com orgulho, mas que, infelizmente, é um dos mais violentos com relação a essa juventude. Agora percebo — claro que é V.Exa. quem vai dar o ritmo — que a gente irá ouvir depois, em um momento importante... E a gente já solicitava do colega aqui que nos apoia, da assessoria, porque já há um requerimento do Deputado David Magalhães, de um Deputado atuante, convidando a Secretária Nacional de Segurança do Ministério da Justiça, Regina Miki. É fundamental que ela esteja presente. Ao Estado de Alagoas a Dra. Regina Miki foi várias vezes, alocou recursos substantivos, que não foram poucos, no Governo anterior, do PSDB, quando foi Governador o Senador Teotônio Vilela. Essa informação varia entre 200 a 300 milhões. Para a realidade de um Estado como Alagoas são recursos muito altos, e a gente não vê efetividade. E o Plano Brasil Mais Seguro, que tinha uma concepção geral, terminou utilizando o mesmo método de trabalho. Exemplo: o grande custo que teve do Programa Brasil Mais Seguro foi com a Força Nacional, que é uma força que você utiliza num caso extremo; ela tem que ser segura e rápida. E ela passou a ser política permanente, em que você consegue ter um militar, na Polícia Militar, que se inicia em média com uma salário entre R\$1.500,00 a R\$2.000,00, e um soldado de outro Estado que só de diárias ganha mais de R\$6.000,00. Isso cria uma incompatibilidade de ações concretas, cria uma disfunção. Foram levados também delegados para dar efetividade aos inquéritos paralisados. Pagamento de aeronaves... Mas a pergunta que não quer calar é: qual o resultado disso? Pelo contrário, a violência cada vez mais aumentou. E contra quem? Pelo depoimento



que ouvi aqui, do Neemias... Não tem sentido um Estado como Alagoas, com geografia pequena, o segundo menor do Brasil — a gente só ganha para Sergipe, que, em diagonal, você o atravessa em 6 horas de carro —, diferente do Estado de V.Exa., que é uma imensidão, principalmente para conhecer e fazer campanha.

Os dados diminuíram, mas são terríveis! Em finais de semana, de sexta-feira a segunda-feira, preferencialmente, já ocorreram até 36 mortes. Elas ocorrem de sexta-feira a segunda-feira, em bairros definidos; público masculino, faixa etária de 14 a 29 anos, pobre e negro. Então, essa é a política? Então, é fundamental — eu solicito a V.Exa. — priorizar o convite para que a Dra. Regina Miki explique o que está ocorrendo em relação a essa política do Governo — um governo nosso, mais para a juventude. Qual esse grau de letalidade que é fundamental?

A outra questão é relativa aos trabalhos. É verdade que a CPI tem limite. Depois de toda a sua conclusão, quem vai fazer o trabalho, porque é o dono da ação, é o Ministério Público. Mas eu entendo que a gente poderia solicitar uma requisição para termos aqui a permanência de um representante do Ministério Público acompanhando esta CPI. Esses depoimentos aqui são singulares. Infelizmente, o Ministério Público, sem ser pejorativo no termo, boa parte dele está com visão autista, fora da realidade nacional. É importante ouvir depoimento como o de Neemias, os das mães do Morro do Alemão, naquela parte da tarde em que a Deputada Benedita foi uma das articuladoras, com os outros Parlamentares. A gente precisa ouvir, fazer a oitiva daquelas mães. Vimos a coragem do jovem que fez a denúncia de uma Unidade de Polícia Pacificadora — UPP, da intermediação de agentes públicos, que são para fazer segurança, mas que praticam insegurança, cobrando pedágios inclusive em algumas favelas do Rio de Janeiro, arrecadando, em média, R\$ 50 mil por mês, ou mais. Então, o que ocorreu? É claro que não se pode generalizar, mas tira-se um bandido civil e coloca-se um bandido fardado. Qual é o mais perigoso no processo?

Então é fundamental o MP — Ministério Público Federal, na minha visão, acompanhar esse processo.

Qual é o papel da Defensoria? A gente conseguiu... Eu tive orgulho, quando fui Deputado Estadual, de lutar pela isonomia, a paridade de ações, e aqui é a mesma coisa. A Defensoria, que em tese é a Casa — em tese, porque, na prática,



às vezes não funciona, principalmente para esses jovens. E para estarem fazendo o quê? Porque deveriam também estar acompanhando esse processo.

Por último, Sr. Presidente, estou apresentando essas sugestões, e vou fazer um requerimento solicitando a V.Exa. que o Tribunal de Contas faça um levantamento, nos últimos 10 anos, de quais foram os recursos aplicados nos Estados ditos mais violentos para as políticas públicas que deveriam ser protetivas para a juventude. Lá em Alagoas foi uma fábula! E acho que não foi diferente no Rio de Janeiro. E isso foi aplicado em quê?

Lembro-me de que, ano passado, midiaticamente, eu ia pegar um voo, e de repente chega, Deputada Benedita, um caça da FAB — Força Aérea Brasileira e um avião com uma estrutura monumental. Eu disse: “*Quem está chegando aqui?*” “*O Joaquim Barbosa*”. Ele andava em um avião, mas um caça do Exército o protegia. Isso, para ver o nível de empáfia que existia. Quando ele desce, faz uma visita *in loco* de uma Unidade de Internação Masculina em condições subumanas. Foi tudo midiático, destacado. Queria pedir providências, mas não mudou nada! Continua um ajuntamento de pessoas que sofrem. Para a sociedade, infelizmente, é como se fosse um “lixo social” — este é um termo forte, aspeado. E não resolveu.

Então, não adianta, também. Porque a expectativa nossa é a seguinte: esta CPI que está sendo criada precisa ter começo, meio e fim. Então, é importante, repito, que o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que só têm visão reativa e poderiam ter visão proativa no sentido de já fazer notificações aos órgãos, principalmente aos Governos de Estado e também à Secretaria Nacional de Justiça, vejam qual o volume de recurso que foi aplicado a cada exercício e qual é o grau de efetividade.

Então, eu estou apresentando esses requerimentos, Sr. Presidente, mas que não impede que possamos fazer o debate, para que até verbalmente possam ser aprovados.

Parabenizo V.Exa.. É verdade que ontem nós tivemos um dia até longas horas da noite — e que ainda continua —, e este é um dos motivos de algumas pessoas estarem ausentes. Eu quero justificar porque percebo um nível de compromisso muito alto dos integrantes da Comissão, independente do bloco ideológico aqui presente.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Paulão.

Aproveitando a sugestão do Deputado Paulão, no Ministério Público Federal criaram um GT — Grupo de Trabalho, o GT Racismo. Inclusive, hoje eles estão organizando em Pernambuco — até convidaram a Comissão para estar presente — a audiência pública *Genocídio da Juventude Negra e o Direito de Acesso à Justiça*. Então, vamos ver se a gente pode apresentar um requerimento convidando o GT, esse Grupo de Trabalho do Ministério Público Federal. Também as Defensorias Públicas estão com o GT. Inclusive, foram ao Rio de Janeiro com a gente, e estiveram no Morro do Alemão.

A Associação Nacional de Defensores Públicos tem participado, acompanhado e solicitado a nossa agenda para estarmos presentes. Mas acho interessante fazermos aqui uma audiência com eles: tanto com os Defensores Públicos e com esse GT do Ministério Público Federal.

Também vamos entrar — eu estava conversando com o Robson, nosso Secretário — com um pedido, para a gente começar a ouvir o Secretário de Segurança Pública. Então, talvez na sugestão de V.Exa., a gente abra essa nova etapa da CPI, ouvindo primeiro a Regina Miki, a Secretária Nacional, e, depois, a gente convida os Secretários Estaduais. Então, eu acho que a sugestão de V.Exa. é muito importante.

O Deputado Paulão está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Caro Deputado Reginaldo, inclusive ontem também eu estava lendo o *Jornal do Senado*, e vi que, por iniciativa da Senadora Lídice da Mata, foi criada a CPI da Violência Contra os Jovens. Claro que a gente não vai aqui impedir que a Casa revisora, na visão da Inglaterra, em que são poucas questões bicamerais (lá a Câmara dos Lordes é que é o Senado), claro que a gente não vai impedir que eles criem, tenham iniciativa nenhuma. Mas eu verifico o seguinte: é mais um processo em que se está criando uma outra estrutura com o mesmo conteúdo, e que de repente, no final, há vários comunicantes. A gente verifica aqui no depoimento do Neemias, principalmente ele, um jovem aqui — eu já estou em uma fase jovem diferente da dele —, que há uma descrença muito grande.



A gente verifica aqui, como V.Exa. está dizendo, o Ministério Público Federal fazendo um GT para fazer uma exposição em Pernambuco, quando a gente tem uma CPI aqui de conhecimento público. Poderia haver uma sistematização. É que no Brasil há um problema muito grave. Claro, não podemos generalizar. Mas, quando não se quer nada, quando não se quer apurar nada, cria-se um GT — Grupo de Trabalho. E esse GT vai até quando? Ele tem começo, meio e fim?! Pernambuco não está na lista dos mais violentos. Na relação que existe, um seminário desses era para ser feito no Rio de Janeiro, era para ser feito no Estado de Alagoas, na Bahia. E, aí, o Ministério Público vai para Pernambuco. Então, a minha preocupação com esse trabalho é que, como o Nordeste é paradisíaco, se se puder fazer um seminário que concilie o lazer, é importante. Por isso é que o Supremo só faz isso na Ilha de Comandatuba, quando se reúnem, a cada ano, numa ilha a que não há acesso, só através de barco — e paradisíaca! Então, eu acho que a gente teria que discutir e cobrar do Ministério Público Federal, da Defensoria, do Tribunal de Contas uma ação. Inclusive, os delegados. É que a gente vai fazer visita *in loco*, é importante ouvir a Regina Miki e, mais importante, os Secretários de Segurança. Eles têm que vir aqui a Brasília, porque, como disse Tzu, no livro *A Arte da Guerra*, é necessário que a gente tenha o controle do terreno. A gente não vai para o terreno deles; eles é que têm que vir para o nosso terreno. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Benedita.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, sobre esse assunto, eu tive uma grande oportunidade, enquanto Ministra do Presidente Lula, em que nós estávamos discutindo essa questão da segurança e a questão da inclusão social. Eu lembro que nós tivemos uma reunião — e é importante essa chamada transversalidade — a que vieram todos os Secretários de Segurança do Estado. E nessa nós discutimos essa questão da inclusão, e tivemos uma integração muito grande. Então, seria muito interessante que, dentro da possibilidade, conversássemos com o Ministro da Justiça. Se ele, em uma dessas convocações que se faz, quando nada, se a Presidência da Comissão tiver assento em algum



momento e também tiver a palavra... Porque, aí, pegaríamos, todos nós, os Secretários. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. O Ministro já foi convidado para estar presente aqui na nossa CPI. Então, após os Secretários Estaduais e a Secretaria Nacional, nós vamos ouvir os Ministros. Vamos começar pela Promoção de Igualdade Racial. E os Ministros...

Inclusive, como nós vamos propor, a partir da fala muito correta do Neemias... Porque de fato nós temos que conhecer as condições da juventude. Então, nesse sentido de buscar políticas mais transversais e políticas afirmativas, talvez nós vamos ter que ouvir também outros Ministérios, no sentido de como vamos desenhar essas políticas, do ponto de vista da prevenção do nosso Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios.

Falei isso com o Ministro da Educação, para também estar aqui nessa questão da saúde. Então, nós vamos ter que desenhar um conjunto de quais são os Ministérios. Nós temos a Juventude Viva, que foi um recorte com 16 Ministérios. Então, de repente, possamos combinar uma Mesa com esses 16 Ministros, um pouco do que eles estavam prevendo ali do ponto de vista de prevenção. Então, nós vamos trabalhar nesse sentido.

Depois eu vou passar a palavra para o Deputado Evair, mas, antes, o Deputado Davidson está inscrito.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Infelizmente, eu já estava em outra Comissão. Aqui se prima pela incapacidade de a gente estar... Se fosse a lei da física, ninguém teria condições de estar em dois lugares ao mesmo tempo, o que seria muito complicado. Mas parabéns pela iniciativa!

Eu estou muito preocupado, Sr. Presidente. Nós estaremos no dia 11 na Bahia. Eu não pude estar no Rio, mas vou estar no dia 11 na Bahia; e, no dia 15, também, no sul da Bahia. Eu acho que, para o nosso relatório da CPI, como nós temos uma ideia, uma consciência de que o problema da violência não é um problema apenas de segurança pública, é um problema social mais amplo, seria importante, neste plano de trabalho da CPI, depois da ida — já houve no Rio e em Salvador a apresentação do plano, do *Mapa da Violência* —, que a gente começasse a chamar também esses segmentos do Governo, o que acho importante.



Por exemplo, esse Plano Nacional de Enfrentamento aos Homicídios — eu estive com a Secretária de Segurança um mês atrás; aliás, dois meses atrás. Deveria ter sido lançado, se não me falha a memória, em abril. Essa era a programação para se lançar esse plano, e até agora nada. Então, isso é uma coisa importantíssima para nós!

Então, eu acho que a sugestão é a gente intercalar um pouco com essa vinda da Secretária; e, talvez, com a vinda dela, a gente pudesse fazer uma Mesa, porque não vai haver muito tempo até o fechamento do nosso relatório, que é outra preocupação. Que a gente fizesse uma mesa-redonda com a Secretária, e nessa ocasião a gente convidasse ou convocasse os cinco Secretários de Estado com os maiores índices e onde se tem experiência positiva, para se combinar uma mesa dos piores índices como também uma de experiências positivas de redução dos índices de violência, para que a gente faça um debate aqui interessante a respeito disso aí. Que se faça uma mesa-redonda só, balanceando nessa mesa Estados onde há nível de violência maior, índice de violência maior, com algumas experiências, se é que existem algumas experiências positivas na redução dos índices de homicídios. Puxa, Secretário, acho que é uma mesa que caberia para intercalar esse debate, para auxiliar inclusive a nossa Relatora. No mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson.

Eu quero então combinar aqui de a gente convidar os 16 Ministérios envolvidos no Plano Juventude Viva, até porque foi em 2011. Eu sei que, na prática, as ações estão sendo desenhadas, mas é importante, nem que sejam os executivos do Ministérios, se possível os Ministros, que a gente possa, no debate, mostrar para eles que a CPI caminha para um plano de prevenção e que é uma transversal às políticas.

Precisamos conhecer essa metodologia do Juventude Viva, os indicadores e também os Ministérios, para a gente formatar — é nossa ideia, Deputado Davidson —, com a apresentação do Governo Federal, um plano nacional de enfrentamento. Nós queremos que esse plano não seja uma ação de governo, seja uma ação do Estado. Então, a ideia é que a CPI aprove um plano e que o Congresso Nacional o tenha como meta do Estado brasileiro. Então, vai ser bem diferente do que...



É evidente que nós vamos dialogar de maneira fraterna com os Ministérios envolvidos na elaboração do Plano Nacional, mas a Casa e os membros da CPI, evidentemente, vão apresentar um plano de Estado. Então, é importante a gente construir e ouvir esses 16 Ministérios que estão envolvidos no Juventude Viva, para ver o que eles pensaram do ponto de vista de prevenção em relação aos homicídios e à violência.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - E à avaliação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E à avaliação, também. Que se tenha algum tipo de avaliação.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Porque a juventude está ficando...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deixe-me passar para o próximo inscrito, e depois devolvo a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Evair de Melo, é uma alegria tê-lo aqui. Obrigado pela presença.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Obrigado, ilustre colega, Deputado Reginaldo. Quero parabenizá-lo pela trajetória política, pela caminhada, por estar nesta Comissão importante, também; Deputado Paulão; Deputada Benedita; nobre colega aqui, eu vou trabalhar um pouco mais no campo das oportunidades e das agendas de inclusão.

A dimensão do território brasileiro, Deputado Paulão, V.Exa. citou muito bem: o nosso Nordeste, o nosso Sul, o Centro-Oeste, a Amazônia, é muito grande; é um País continental, um País de muitos talentos e de muitas oportunidades. Na minha tese, se nós... A nossa escola, inclusive, nobre Deputado Reginaldo, aproveita muito pouco os talentos. Ela tem uma estrutura rígida. Eu sou professor de formação, Deputada Benedita, fiz o magistério, alfabetizei. Trabalhei um pouco com isso e, depois, acabei seguindo outra trajetória. Quer dizer, o nosso modelo de formação quase que inibe o talento. E às vezes, Deputado Reginaldo, o talento se torna um problema.



Eu quero pautar dentro dessa agenda do próprio Escola Viva que o Comitê Olímpico Brasileiro — COB seja convocado. No Brasil, recentemente, nós tivemos um evento muito grande, que foi a nossa Copa do Mundo, e agora nós vamos ter, Neemias — se você me permitir ir ao Rio de Janeiro, eu vou lá acompanhar algum momento daquelas competições. É bacana, eu tenho certeza de que o Rio vai fazer bonito, vai cumprir o papel dele.

Eu acho que há poucas oportunidades. Na verdade, o talento brasileiro, se pegarmos as escolinhas de futebol dos clubes brasileiros, os nossos atletas, é impressionante como o atleta quase tem que ser um sobrevivente no processo, ao longo da história; assim como na música e em outras atividades culturais. Se em algum momento ele se destaca, aparece como um herói. Mas ele foi um sobrevivente de toda a sua caminhada.

Digo isso até porque em agendas de nossos bairros, às vezes os mais carentes... Eu moro no interior do Estado do Espírito Santo. Moro numa cidadezinha pequena, lá no alto da montanha, no Município de Venda Nova do Imigrante, mas que tem uma relação com a região metropolitana, com a capital. E eu fico assustado, nobre Deputado, quando passo lá e vejo um grande prédio público federal sendo construído na beira do mar, num bairro nobre, e se esquecem de que a cidade tem uma dimensão territorial. Até os nossos prédios públicos, os Ministérios, os sistemas que incorporam todo mundo, não têm, na própria logística da engenharia e da arquitetura pública, não contemplam a inclusão.

Por que um prédio público não vai para — vamos dizer assim — o fundo da cidade, para determinado bairro? Quando vai um prédio público, também vai gente, mobilidade, segurança, informação, e a gente deixa esse processo ir passando aos poucos. Com isso, eu queria também que, dentro desse processo, o Comitê Olímpico Brasileiro pudesse vir aqui e apresentasse para todos nós — porque, embora tenha a sua governança própria, cumpre um papel de Estado nos seus momentos — as políticas de inclusão e de oportunidade que o Comitê está desenvolvendo, assim como a CBF — vou pautar o esporte aqui, e eu poderia estar pautando a cultura e outras coisas mais.

É extremamente importante construir essa escola de talentos. Até digo isso porque basta olhar os nossos clubes de futebol, os nossos atletas, para começar a



perceber que tem um biótipo muito parecido, e muitos deles são sobreviventes na sua caminhada e conseguiram escapar desse sistema desumano que nós temos de incorporação, e quando chega a certo estágio, ele é avançado. Mas eu queria muito que o Comitê Olímpico Brasileiro se integrasse nisso, assumisse esse compromisso, essa responsabilidade nesse plano de inclusão para os nossos jovens e para os nossos talentos, até porque eu gosto do esporte.

O negócio a gente trata separado, Deputado Reginaldo, mas o esporte, quando integrado e bem aplicado, vira, sim, uma fonte de oportunidade e de talento, mas, acima de tudo, um plano de educação, de integração de regras, de normas e de avanços que podem, de certa forma, criar um ambiente de oportunidade e ter impacto no nosso debate, no que se refere à violência, ao crime e tudo o mais. O esporte pode ser esse campo de oportunidade.

Faço uma sugestão: que V.Exa. decida em que momento e em que modelo, mas que o Comitê Olímpico Brasileiro venha aqui, primeiro, para prestar conta, porque cumpre um papel de Estado e vai ter oportunidade agora nas nossas Olimpíadas, mas também para ser inserido nesse debate, porque ele pode trazer muitas oportunidades e contribuir positivamente para que essa violência não só contra jovens negros e pobres, mas contra o Brasil, diminua, porque ela está tirando talentos. Ela pode tirar um talento da medicina.

Pode ser, Deputada Benedita da Silva, que um cientista com potencial para descobrir a cura para doenças graves se perca no meio do caminho, porque o Estado não cuidou dele. Assim é com o atleta, com o engenheiro ou com o político. Precisamos qualificar, cada vez mais, a classe política.

Então, existe a questão de se olhar o talento, a oportunidade, como fonte de riqueza, de conhecimento e de integração para o País. Precisamos ter uma agenda positiva para nosso País. Então, queria muito que o Comitê Olímpico Brasileiro pudesse ser integrado nessa discussão, para prestar contas e também para apresentar um plano, afinal de contas, opera com políticas públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço a V.Exa. que apresente um requerimento, e nós vamos autá-lo de acordo com o cronograma de



nossas audiências. V.Exa. pode apresentá-lo. Na semana que vem, nós temos reunião deliberativa, na terça e quinta. E a gente aprova o requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, primeiro queria referendar a ideia de V.Exa., se não tiver óbice de sua parte. O Plano Juventude Viva faz uma articulação com 16 Ministérios, conforme sua informação, mas eu avalio que alguns Ministérios têm uma relação direta. Como estas salas das Comissões são as menores, a gente teria que solicitar à assessoria da Comissão que reservasse a sala 1 ou a sala 2 que são maiores. Eu avalio que na Mesa alguns Ministérios teriam um papel diferenciado. Para mim, a Secretaria Nacional da Juventude foi criada com esse fim. Portanto, teria que ter assento à Mesa. A outra Secretaria que tem interface é a SEPPIR, que discute a questão da igualdade.

Existem tem três temas de políticas públicas que, quando a gente escuta os depoimentos, sofrem as maiores críticas da juventude. Então, é importante estarem na Mesa a educação, a saúde e o esporte. Depois, em outro momento, o que tem interfaces iguais ou diferenciadas é a Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos.

Agora, sobre tudo isso, para chegar à Presidência, como envolve mais de um Ministério essa engenharia política, não é fácil, temos que convidar para a Mesa a Secretaria-Geral da Presidência, que coordena e faz a interface com a sociedade civil, e o Gabinete Civil, porque, se não tiver o Gabinete Civil, há muita dificuldade de chegar à Presidência. De 16 Ministérios, eu entendo que nove têm papeis mais destacados, sem querer desmerecer os outros.

Então, repito: Secretaria Nacional da Juventude, SEPPIR, Educação, Saúde, Esporte, Justiça, Direitos Humanos, Secretaria-Geral da Presidência e Gabinete Civil. E os outros serão convidados, mas, necessariamente, estes têm que estar à Mesa. Essa é a minha avaliação.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu gostaria de incluir a Cultura, porque falar de juventude sem cultura não vai funcionar.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - É verdade, Deputada. Concordo com V.Exa.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - O Neemias está aí e vai dizer: *“Cadê a Cultura?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita da Silva e Deputado Paulão, a partir da contribuição de V.Exas., a gente poderia montar



quatro mesas, quatro audiências: Secretaria Nacional de Juventude, SEPPIR, Secretaria-Geral da Presidência da República e Gabinete Civil, um grupo, uma audiência. Depois, uma mesa com Educação, Saúde, Esporte e Cultura. Depois, Justiça e Direitos Humanos. E, por último, eu acho que nós temos que entrar com questão da mobilidade urbana, com a questão das cidades, com a questão dos territórios, o MDA, a questão rural dos jovens. Então, a gente caminharia nessa linha.

Agora, nós precisamos transformar isso em requerimento. Se a Deputada Benedita da Silva e o Deputado Paulão pudessem apresentá-lo em conjunto, V.Exas. desenhariam as mesas em conjunto. Peguem também a metodologia do Plano Juventude Viva, quais são realmente — não sei se são 14 ou 16, estou falhando aqui... Como eles desenharam o plano de 2011, poderiam relatar como isso avançou ou não e o que nós podemos ajudar nesse sentido. Então, quero ver se a gente aprova na semana que vem, até na terça-feira. Nós precisamos de políticas afirmativas, precisamos de políticas transversais e precisamos ter um plano. Dentro do plano nacional, nós temos o eixo da prevenção e da redução. O da prevenção é um conjunto de políticas públicas que nós vamos desenhar. E quais serão essas políticas? Então, é nesse sentido, com foco na juventude negra e pobre.

Portanto, peço a contribuição da Deputada Benedita da Silva e do Deputado Paulão, peço que apresentem o requerimento.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu só quero levantar uma questão aqui na ordem de chamada. Eu acho que o que tem vir por último é o que está próximo à Casa Civil, os que estão mais próximos da Presidenta, porque os outros estão subordinados. Se chamarmos primeiro, eles vão tomar que providência? Aí nós não ouviríamos a contribuição dos outros. É isso o que eu iria sugerir. Não sei se o Deputado Paulão...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - E a Secretaria-Geral da Presidência e o Gabinete Civil na fase final.

Concordo, Deputada Benedita da Silva. Vamos fazer o desenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E a SEPPIR também eu acho que é temática — ou não, não sei.

Vamos discutir na próxima.



Nós temos quórum para votar requerimentos, temos vários requerimentos, mas eu vou passar a palavra primeiro para os nossos convidados, a fim de fazerem as suas considerações finais e também falarem um pouco a partir da fala dos Deputados e das Deputados.

Com a palavra o Sr. Geovan Bantu.

O SR. GEOVAN BANTU - Deputada Benedita da Silva, muito lúcido e muito forte foi o seu depoimento. A gente sabe que está numa Casa onde o debate não é fácil. Falar de igualdade racial, da juventude negra, do genocídio da juventude negra, dos direitos das mulheres, do direito da comunidade LGBT, das terras quilombolas nesta Casa não tem sido fácil. E a gente tem acompanhado isso, porque nós temos compromisso com o que é debatido aqui.

E eu queria chamar atenção desta CPI, dos senhores e das senhoras presentes, para o fato de que o que nós estamos fazendo aqui é um debate sobre a vida. A gente não está fazendo aqui somente um debate pura e simplesmente sobre a inclusão da juventude negra nos programas sobre a inclusão social. A gente não está falando somente de redução de vulnerabilidade, que a gente considera importante.

O Deputado falou sobre o Plano Juventude Viva. Nós acompanhamos o Plano Juventude Viva desde a sua concepção. E nós acreditamos que o Plano Juventude Viva, se for uma política de enfrentamento à violência contra a juventude negra no Brasil, com o orçamento e com ações estratégicas para atuar nos territórios vulnerabilizados, de fato, é uma política que de fato pode dar certo.

Mas a gente não pode nunca perder a perspectiva do trabalho desta CPI aqui, porque a gente está falando da garantia da vida. A gente está falando de números que são absurdos. E a gente não pode correr aqui o risco de entrar somente no debate dos números, Deputada Benedita da Silva. A gente não pode só ficar contabilizando os corpos dos nossos jovens. Aliás, os poucos jovens negros que estão nesta sala aqui, neste momento, entre os quais eu me incluo, não podem somente compor a estatística, ser mais um. A gente não pode estar no lugar de conforto, nobres Deputados e Deputadas, se essa violência não os atinge proximamente, se essa violência não está próxima dos seus filhos, dos seus netos,



dos seus vizinhos e dos seus amigos. Esta violência está próxima, está à porta da maioria dos brasileiros.

Então, se esta Casa tem, de fato, responsabilidade com a vida dos brasileiros, a gente precisa de fato fazer o debate, nesta CPI, sobre a garantia da vida — e disso nós não abrimos mão. Em hipótese nenhuma o movimento negro, o movimento social no Brasil vai abrir mão de fazer esse debate. Nós consideramos todos os debates importantes, mas a premissa que se deve ter é que a gente precisa fazer o debate da garantia da vida da juventude negra, da vida da população negra. Nós não podemos naturalizar essas mortes. Isso não é natural. O Deputado falou mais cedo sobre a visita ao Rio de Janeiro e sobre a conversa com o Secretário de Segurança Pública e usou o termo “naturalizar”, como se fosse natural o processo da escravidão e hoje fosse natural o processo da morte nas favelas. A gente não pode topar esse debate como uma forma natural. E a gente não pode também correr o risco de justificar aqui os altos índices de participação das polícias justificando a presença de soldados negros em corporações. A gente não pode cair nesse risco, porque é uma inverdade.

Imagine, Deputada Benedita da Silva, se a gente pega... É um debate que a gente tem que fazer sobre a negação do nosso próprio igual. O que acontece no caso de eu pegar a imagem de um jovem negro, colocá-la em frente ao espelho e dizer que aquele é o inimigo? Então, o policial negro infelizmente não reconhece um jovem negro como seu igual quando ele aborda um jovem negro na periferia.

Então a gente não pode fazer esse debate justificando: “*Claro que as corporações são majoritariamente negras*”. E V.Exa. falou muito bem dizendo que são os policiais negros que são recrutados para fazer esse serviço nas comunidades. Isso é uma tentativa de justificar aquela velha máxima de que nós estamos nos matando. Nós não estamos nos matando. É o Estado que está matando. É o Estado brasileiro que está matando a sua população negra, porque, para além dos soldados negros, o comando da polícia não é negro. A concepção não é de valorização da população negra. A concepção de segurança pública no Brasil é para proteger uma classe minoritária, que é a classe branca, e para caçar quem o Estado considera inimigo. E quem são os inimigos? Somos nós, população



negra. Então nós não vamos topar esse debate de que nós somos responsáveis pela nossa morte, porque parece que nós somos responsáveis pela nossa miséria.

O que tentam passar para as nossas comunidades é que o problema do jovem negro vendendo droga é um problema dele, porque ele não se esforçou. “*Por que você não vai estudar?*” E poucos negros que ascendem socialmente podem até ser citados como exemplo. Se alguns deram certo, por que os outros não deram certo? Parece que nós somos responsáveis pela nossa própria miséria, e não é. Esse debate é muito bonitinho, a gente falar sobre vulnerabilidade social. A gente tem que dizer que não são comunidades vulnerabilizadas por si só, foi o Estado brasileiro que vulnerabilizou essas comunidades. Esta Casa também tem responsabilidade sobre isso. Essa ausência de políticas públicas nesta Casa, ausência de atuação desta Casa vulnerabilizou e colocou a nossa população à própria sorte e à miséria. (*Palmas.*)

A gente está morrendo e a gente precisa, de fato, levar a sério esse debate. A gente precisa ter um espaço aqui permanente, talvez não só com o fim desta CPI, Deputado Reginaldo Lopes, mas talvez criar um espaço permanente aqui que possa tratar diuturnamente sobre o debate da garantia da vida da população negra e da juventude negra. Eu agradeço e quero dizer que nós temos o compromisso, Deputado, com esta CPI. Esta CPI é fruto da luta do movimento social, do movimento negro. Nós iremos acompanhar esse debate, porque o nosso compromisso é com a vida, sobretudo com a vida da população negra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Geovan Bantu.

Eu quero dizer que uma das proposições legislativas que amadurece aqui na CPI é que, aprovado um plano de Estado para prevenção e eliminação de homicídios, é importante que a gente crie uma Comissão Permanente para acompanhar e monitorar a implantação.

Um pouco foi feito na política “violência contra as mulheres”. Acho que, na linha da sua provocação, isso é uma coisa muito importante para o sucesso da política que vai ser desenhada aqui no término da CPI.

Quero agradecer a sua presença.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.



A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Uma outra sugestão, Sr. Presidente, é que, enquanto não... O relatório leva um tempo. Nós vamos aprovar, e depois, para instalar uma Comissão Permanente, nós vamos ter que ainda votar. Nesse intervalo, nós poderíamos usar a Comissão de Legislação Participativa. Nós estamos na Comissão e poderemos já começar a pautar audiências públicas, para que o movimento da juventude como um todo possa já ocupar esse espaço com os temas, até termos a Comissão Permanente, para a gente também não perder esse vínculo e aproveitar esse calor da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E outro instrumento, Deputada Benedita da Silva, é uma Frente Parlamentar. A gente pode, ao término, constituir uma Frente Parlamentar no sentido de organizar a nossa luta pela aprovação das proposições desta CPI. Há várias frentes que a gente vai construir junto.

Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Sr. Presidente, também faço parte da CLP e posso ajudar lá. Sou membro também, assim como a Deputada Benedita da Silva. Acho que o Deputado Paulão também o é, não?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Eu sou membro e posso ser um veículo de utilização das coisas lá, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acatado, Deputado Celso Jacob. Quero agradecer sua bela contribuição e agradecer sua organização no Rio de Janeiro também.

Quero passar a palavra ao Neemias MC, para fazer as suas considerações finais.

O SR. NEEMIAS MC - Não tenho muito mais a falar. Acredito que muitas coisas principais já foram faladas pelo nosso irmão e pelos Deputados. Eu acredito que, voltando ao que a Deputada falou sobre a polícia ser negra também, ela é negra, e há todo um plano para que a população negra morra. Então, se a gente for... Eu acredito que não tenha essa pesquisa. Mas eu estava pensando aqui, refletindo, e eu acredito que, se a gente fizer uma avaliação estatística entre a ROTAM, o BOPE e a Polícia Militar, e vir qual é a polícia mais negra, eu acredito que



a gente vai constatar que a Polícia Militar é a que tem mais agentes negros. Se a gente for pautar isso, por que a ROTAM é a polícia branca, por que o BOPE é a polícia branca, e a Polícia que mais mata e mais morre é a Militar? Porque são negros? Então, a gente também tem que debater essa questão.

Poucas vezes que eu vim aqui eu saí com esperança de algo. Hoje é uma das exceções. Hoje eu vejo que está sendo encaminhado algo positivo, está sendo encaminhada uma CPI com objetivo e fortificando as bases, fortificando os objetivos para a gente combater isso.

Então, eu acredito que o chamamento, o convite, a exigência... Acredito que a gente tem que debater, chamar, como o Deputado disse, os principais órgãos dos Estados que mais estão nas estatísticas.

Corrigindo, a gente não tem que pedir que eles venham; a gente tem que exigir. A gente já está cansado de pedir; a gente tem que exigir que os principais representantes compareçam, venham à Mesa, para a gente combater isso, com Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura e a Polícia Militar.

Então, quando a gente for falar — só para a gente fazer as considerações finais — de paz, quando a gente for falar do extermínio da juventude negra, a gente tem que debater a cultura. A população civil tenta fazer a cultura; a população civil faz a cultura.

A gente tem vários exemplos no movimento *hip-hop*, no movimento negro, de pessoas que fazem a cultura, que fazem o papel que o Estado não faz. Mas, quando eles fazem, são brutalmente reprimidos, como várias e várias vezes já aconteceu na Ceilândia, na M Norte. Foram situações em que a polícia reprimiu o movimento, a polícia reprimiu a cultura que ali estava sendo expressa. Algo estava sendo feito — era para o Estado fazer — pela população civil. E, quando a população civil faz, a o Estado reprime. Então, a gente tem que debater isso.

Fica o convite para a gente chamar esses órgãos, chamar as principais lideranças, para debater isso também.

Então, essas são as minhas considerações finais. Que a gente possa caminhar; que a gente possa combater esse extermínio dos nossos jovens negros na raiz; que a gente possa combater essa mídia; que a gente possa combater essa



instituição política, essa instituição militar que está matando os nossos jovens negros e negras nas periferias.

Então, muito obrigado a todos e todas. Estamos na luta, o movimento *hip-hop* e o movimento negro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer ao Neemias MC pela bela contribuição. Não falou do nosso CD aqui.

O SR. NEEMIAS MC - O CD *Marcas do Abandono* foi lançado recentemente. Aqui eu conto um pouco da minha história, da minha luta. O projeto Marcas do Abandono conta com um documentário que eu lancei, um documentário também intitulado *Marcas do Abandono*, no qual eu conto toda a minha história de abandono, de superação e no movimento *hip-hop*, e também faz parte do CD, está aqui para quiser adquirir, contribuir. Estamos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Neemias MC.

O Leonardo Guimarães Guedes, que é assessor, chefe parlamentar do Ministério da Justiça, esteve aqui, está aqui acompanhando a CPI. Ele recebeu ligação da Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, confirmando presença. Ela aceitou o convite para estar aqui presente, está acertando com a Secretaria da CPI. Vai estar aqui numa quinta-feira. Então, quero agradecer a presença e o acompanhamento aqui do chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Justiça, Sr. Leonardo Guimarães.

Obrigado.

Também quero depois, ao término aqui... O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, está no plenário da Câmara, numa Comissão Geral. Talvez fosse interessante a gente ir lá, fazer uma intervenção, falar do trabalho da CPI. Quem tiver... Vamos ver se a gente consegue ir lá, porque nós estamos aqui na CPI e não fizemos ainda a inscrição para a intervenção, mas, para quem puder acompanhar, nós iremos ao plenário da Câmara.

Quero passar para a aprovação da ata.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, vamos dispensar a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos.



Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 9ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 4 de maio, no Complexo do Alemão, e da 10ª Reunião, ocorrida no auditório da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro.

Indago o Plenário sobre a necessidade de leitura. *(Pausa.)*

A pedido da Deputada Benedita da Silva, a leitura das atas foi dispensada.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, passemos à votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas das reuniões nºs 9 e 10.

Vamos passar para os requerimentos.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos.

Requerimento nº 37/15.

O Deputado Bacelar pediu para eu justificar que ele está numa convenção partidária. Então, nós vamos retirar o requerimento para que ele possa ser apreciado na próxima terça-feira.

Parece que o Requerimento nº 38, do Deputado Orlando Silva, foi subscrito pelo Deputado Paulão.

Portanto, tem a palavra para encaminhar o Requerimento nº 38, do Sr. Orlando Silva, o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, com objetivo, o Deputado Orlando solicita deslocamento da Comissão para a cidade de São Paulo, tendo em vista que São Paulo é uma das cidades citadas quando se fala em violência. A gente sabe que tem aquele caso das Mães de Maio, na cidade de São Vicente, vizinha também de Cubatão, onde tem um grau de violência grande. Então, nós queríamos apoio dos pares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Paulão, quero apenas agradecer os nossos convidados, Sr. Geovan e Sr. Neemias.

Obrigado. Fiquem à vontade. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Então, solicitamos apoio dos pares para aprovação do requerimento, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulão.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, solicito apoio dos pares para aprovação do requerimento. Já fiz a leitura do conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado Deseja encaminhar contra.

Passamos à votação do Requerimento nº 38, do Sr. Orlando Silva, subscrito pelo Deputado Paulão. Trata-se de uma audiência pública no Estado de São Paulo, para visita a alguns casos emblemáticos, diligência, oitivas. Nós até já marcamos a data: dia 25 de maio, segunda-feira. Convido os Deputados e Deputadas que queiram participar.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 38, do Sr. Orlando Silva, subscrito pelo Deputado Paulão.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só um questão de ordem, Sr. Presidente. Eu subscrevo o Requerimento nº 37, do Deputado Bacelar, porque está dentro, inclusive, do espírito que a gente tinha discutido aqui, de aqui comparecerem secretários de segurança pública.

Então, eu subscrevo esse requerimento, para ver se a gente já vota esse requerimento. Na verdade, ele está convidando o Sr. José Mariano Beltrame e o Comandante da Policia Militar do Estado de São Paulo...

Eu acho que V.Exa. deveria conversar com ele para fazermos aquela sessão com os secretários de segurança pública, de acordo com aquele contexto.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Só para esclarecer, do Estado do Rio e do Estado de São Paulo. São dois.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - A ideia, a sugestão é para fazemos uma mesa com os secretários de segurança pública, e não só especificamente com esses, para debatermos conhecimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu queria falar algo sobre isso. Eu também ia subscrever o requerimento do Deputado Bacelar, para que a gente pudesse adiantar a audiência, mas, dado o fato de que nós aqui na Comissão sugerimos que fosse feita uma mesa dos secretários, seria mais interessante que a própria CPI fizesse esse requerimento, e não fosse advindo de um de nós, para essas convocações de Ministros e de Secretários. Que esses requerimentos viessem direto da CPI, fossem feitos pela CPI. E nós aprovamos os requerimentos, chamando os secretários. Eu acho que seria muito mais forte.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Dá mais consistência.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Retiro, então, e espero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sobre a proposta da Deputada Benedita, nós vamos retirar esse requerimento, e, na terça-feira que vem, nós faremos um desenho de como nós vamos convidar os secretários. Aí a gente encaminha.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, concordo com a Deputada Benedita. Eu peço também vênias ao Deputado Dr. Jorge Silva, que faz o requerimento. Seria aprovado, Deputado, não tenho dúvida, o pedido. Mas, nessa linha da unidade de ação, quanto a esse requerimento que V.Exa. apresentou para ouvir o Secretário do Espírito Santo, que possa ser nesse coletivo, se não houver óbice.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Com certeza. Já estava aqui na pauta o pedido para retirar o requerimento, em função dessa linha de ação. Eu acho muito mais interessante ouvir de maneira global os secretários de segurança dos diversos Estados. Peço a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - De qual requerimento, Deputado Dr. Jorge Silva?

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Requerimento nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Requerimento nº 40. Está bem.



Quanto ao Requerimento nº 39, de 2015, pela ausência do Relator, e como também propõe criar sub-relatorias regionais, nós precisamos fazer um desenho da mesa administrativa. Também pela justificativa da ausência da nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, é importante que a gente retire esse requerimento e converse na próxima reunião deliberativa.

Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Acho que precisamos dar uma organizada nisso. Acho que vamos trazer muito mais frutos, vamos fazer até uma troca de experiência das dificuldades de todo mundo, para podermos entender isso. E acho que o nosso relatório vai ficar mais rico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Então, vamos apreciar o Requerimento nº 40, do Deputado Dr. Jorge Silva.

Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, este requerimento tem o intuito de contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, convidando os Srs. Daniel Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura, que são autores da Nota Técnica *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*. Dentre as conclusões, o Estado do Espírito Santo aparece como destaque negativo, em função da grande violência que existe, de um grande número de homicídios. Com esse requerimento, a gente pode convidar esses autores para que eles possam trazer a experiência do seu trabalho, de forma a contribuir com esta CPI. Essa é a nossa visão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, esse é o Requerimento nº 41. O Requerimento nº 40 foi retirado a pedido do autor do requerimento, Deputado Dr. Jorge Silva.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Passemos à votação. Em votação o Requerimento nº 41, do Deputado Dr. Jorge Silva.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Agradeço a presença dos Srs. Deputados, Parlamentares, assessores, demais presentes.



Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião para a próxima segunda-feira, às 9 horas, em Salvador, na Bahia. E, às 9h30min, haverá audiência pública e reunião deliberativa aqui na Câmara dos Deputados, na próxima terça-feira.

Muito obrigado e um bom final de semana a todos.